

Uma proposta de atendimento psicossocial grupal com pais e mães separados

Mariana Martins Juras

Liana Fortunato Costa

RESUMO

A literatura científica aponta para diversos formatos de grupos de apoio às famílias separadas, apresentando similaridades e diferenças no que se refere ao público alvo e características das intervenções. Este artigo tem como objetivos propor uma metodologia de intervenção psicossocial grupal com pessoas em situação de separação conjugal de baixa renda que possuam filhos pequenos e analisar as conversações grupais sob o prisma da distinção entre parentalidade e conjugalidade. Utilizou-se como método a pesquisa-ação no contexto universitário e psicossocial de clínica-escola de Psicologia e dois pais e uma mãe participaram dos sete encontros grupais, onde foram discutidos os temas conjugalidade, parentalidade, comunicação, transgeracionalidade e redes sociais, entre outros. A partir da análise temática, os resultados demonstraram que o contexto psicossocial grupal contribuiu para a diferenciação entre os papéis conjugais e parentais, porém o relacionamento coparental se mostrou enfraquecido. A fim de ampliar a participação em metodologias semelhantes, sugere-se investimento em parcerias entre pesquisadores, profissionais e programas que atuem com essa população, bem como a diminuição da quantidade de encontros associada a intervenções mais voltadas à parentalidade e menos à conjugalidade.

Palavras-chaves: Separação conjugal, famílias de baixa renda, grupo psicossocial

ABSTRACT

A psychosocial group methodology for divorced parents

The literature reveals different types of support groups for divorced families, which have similarities and differences regarding the target public and characteristics of the interventions. This article proposes a psychosocial group methodology for low income divorced parents with small children and analyzes its conversations considering the distinction between parental and marital roles. The action-research method was used in the university and psychosocial context of a university psychology clinic. Two fathers and one mother participated in seven group meetings and discussed themes of marital and parental roles, communication, transgenerationality and social networks, among others. By using the thematic analysis method, the results showed that the psychosocial group contributed to the differentiation between the marital and parental roles, although the co-parenting relationship was weak. In order to increase participation in similar studies, we suggest investing in partnerships between researchers, professionals and programs that work with this population, as well as reducing the number of meetings associated with interventions more focused on parenting and less on the marital relationship.

Keywords: Marital separation, low-income families, psychosocial group

O momento da dissolução conjugal é de crise e transformações para a família e sua rede social. O ex-casal deve reorganizar e demarcar os limites de interações e diferenciar os papéis conjugais dos parentais. Esse processo de diferenciação consiste em tornar as fronteiras familiares nítidas para seus membros, definindo os limites que não podem ser cruzados e outras condições em que podem ser mais flexíveis. Após algum tempo, a família separada atinge uma nova homeostase familiar, ou seja, um novo equilíbrio com relações mais estáveis,

Sobre as Autoras

M.M.J.
orcid.org/0000-0001-9393-3384
Washington University in Saint
Louis - St. Louis, MO, USA.
marijuras@gmail.com

L.F.C.
orcid.org/0000-0002-7473-1362
Universidade de Brasília -
Brasília, DF.
lianaf@terra.com.br

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



que podem ser construtivas ou destrutivas para seus membros (Emery, 2012; Juras & Costa, 2011; Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 2011; Silva & Lopes, 2012).

A perspectiva teórica sistêmica compreende famílias como sistemas dinâmicos e enfatiza as interações entre seus membros. O sistema familiar é composto por diferentes subsistemas, entre eles o conjugal e o parental. A conjugalidade inicia-se a partir do relacionamento entre dois adultos unidos por laços afetivos e sexuais, visando satisfazer suas necessidades psicológicas e apoiar-se mutuamente. Por sua vez, a parentalidade refere-se às responsabilidades de cuidado, educação e sustento dos filhos (Minuchin et al., 2011; Silva & Lopes, 2012). Quando a parentalidade é exercida de forma conjunta e compartilhada por ao menos dois adultos, independente da configuração conjugal, essa relação é definida como coparental, que pode ser caracterizada como cooperativa, conflituosa ou descomprometida. A primeira baseia-se em comunicações regulares e respeitadas, a segunda é carregada por hostilidade e conflitos frequentes e a terceira consiste na evitação de contato entre os cuidadores (Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

A diferenciação entre conjugalidade e parentalidade é fundamental para a saúde emocional da família separada, uma vez que a separação encerra o relacionamento conjugal, mas a presença de filhos mantém viva a necessidade do relacionamento parental. Este desafio nem sempre é superado pelos pais de maneira adequada, especialmente quando não contam com o suporte emocional, familiar, social e econômico necessários. Acredita-se que o compartilhamento de experiências, crenças, sentimentos e ideias em um grupo de pais e mães separados pode potencializar essa distinção de papéis familiares, bem como favorecer o processo de transição familiar de uma família casada para uma família separada e a diminuição dos conflitos parentais (Blaisure & Geasler, 2006). Nesse sentido, faz-se necessária a construção de propostas metodológicas de atendimento psicossocial às famílias separadas que auxiliem na promoção de processos construtivos no início do divórcio (Juras & Costa, 2011; Rapizo, 2012).

Dentre os tipos de intervenção com famílias separadas e divorciadas, Lamela, Castro, Gonçalves e Figueiredo (2009) incluem a modalidade grupal com crianças e adultos. A intervenção com crianças objetiva oferecer um contexto de proteção emocional e partilha das emoções experienciadas por filhos; e o grupo com pais oferece um contexto psicoeducacional, contemplando informações e técnicas a respeito do impacto do divórcio nas crianças, jovens e adultos. Com relação à população atendida, os grupos podem ser homogêneos ou heterogêneos de acordo com gênero e

idade, e as características dessas intervenções também variam conforme o tempo de duração, o referencial teórico utilizado e o contexto em que ocorrem.

Os filhos de pais separados, em especial as crianças, são o público alvo de diversos grupos, sendo que a principal faixa etária participante é de quatro a 14 anos de idade e as atividades propostas são mais estruturadas e lúdicas. O objetivo é auxiliar os filhos a compreender as mudanças advindas do processo do divórcio dos pais, identificar e manejar os sentimentos relacionados ao divórcio (Alpert-Gillis, Pedro-Carroll, & Cowen, 1989; Farmer & Galaris, 1993; Rose, 2009). Os grupos de mulheres divorciadas enfatizam as dificuldades e a sobrecarga das mães no cuidado com os filhos, enfocando no empoderamento feminino para superar as opressões vivenciadas (Forgatch & DeGarmo, 1999; Gómez-Díaz, 2011; Hung, 2012; Molina, Lawrence, Azhar-Miller, & Rivera, 2009). Os grupos realizados com homens divorciados têm como foco principal o incentivo ao cuidado com os filhos, a prevenção ao isolamento social e desenvolvimento de um relacionamento coparental saudável com a mãe (DeGarmo, Patras, & Eap, 2008; Frieman, 2002). As intervenções grupais mais atuais enfatizam os grupos mistos com homens e mulheres, sendo que a heterogeneidade de participantes aponta para a pluralidade de experiências e o aprendizado com os diferentes papéis exercidos na família (Cookston & Fung, 2011; Lamela et al., 2009; Øygaard, 2004).

A duração dessas intervenções podem ser breves ou mais longas, sendo que Brotherson et al. (2010) propõem a realização de apenas um encontro com pessoas divorciadas e defendem a integração com sistemas jurídicos, de saúde mental e comunitários. As intervenções de até dez encontros são semiestruturadas em temas específicos (Cookston & Fung, 2011; Hung, 2012; Lamela et al., 2009; Rose, 2009). Outros estudos defendem uma intervenção mais prolongada que variam de três meses a um ano (Farmer & Galaris, 1993; Forgatch & DeGarmo, 1999; Yárnoz, Plazaola, & Etxeberria, 2008).

Existe uma multiplicidade de intervenções grupais com famílias separadas, contribuindo de maneiras diferentes para auxiliar pessoas a lidar com a situação do divórcio. Entretanto, a grande maioria dos estudos realizados com pessoas e famílias separadas ou divorciadas não enfatizam as questões econômicas e geralmente são realizados com famílias de classe média alta. De acordo com Perez e Bairon (2013), cerca de 78% da população brasileira é proveniente das classes de baixa renda, que representam as classes C, D e E, vivendo com menos de três salários mínimos. Faz-se necessário, portanto, compreender as particularidades do processo de separação de famílias com baixa renda,

salientando suas especificidades, dificuldades, recursos e competências (Amato, 2010). Neste sentido, este artigo tem como objetivo propor uma metodologia de intervenção psicossocial grupal com pessoas em situação de separação conjugal de baixa renda que possuam filhos pequenos e analisar as conversações grupais sob o prisma da distinção entre parentalidade e conjugalidade (Magalhães, 2009).

A abordagem psicossocial é uma modalidade de atenção a pessoas em contextos diversos, como saúde, assistência social e Justiça, e que apresentam dificuldades e vulnerabilidades diversas. Diante das adversidades, objetiva-se empoderar os sujeitos em sua autonomia e cidadania a partir dos recursos viáveis e existentes. Recomenda-se, portanto, a realização de um processo de trabalho breve, focal e preferencialmente em grupos, uma vez que estes potencializam o sentimento de pertencimento, acolhimento, escuta e transformação quando diante de pessoas em situações semelhantes mediadas por um profissional (Costa, Penso, & Conceição, 2015).

MÉTODO

A presente pesquisa teve como base a epistemologia qualitativa que visa priorizar a caracterização, compreensão e interpretação desse fenômeno estudado (Moura & Ferreira, 2005). O método utilizado foi a pesquisa-ação, que consiste em unificar a construção do conhecimento e a transformação de situações-problema reais dos participantes, em um processo de retroalimentação (Barbier, 2002). Conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o projeto desta pesquisa-ação foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB); número CAAE (21967113.9.0000.5540, em 11 de fevereiro de 2014).

CONTEXTO

A presente pesquisa ocorreu no contexto universitário e psicossocial de uma clínica-escola de Psicologia. Este contexto mostrou-se compatível à proposta metodológica, uma vez que possui como princípios o acolhimento, a escuta e a transformação, bem como o comprometimento ético e político no relacionamento entre a pesquisa universitária e a sociedade (Greenwood & Levin, 2006; Rapizo, 2012). A intervenção psicossocial grupal foi conduzida por equipe formada por uma psicóloga e auxiliares de pesquisa devidamente treinados para a execução da ação.

PARTICIPANTES

Os critérios de inclusão para seleção dos participantes foram: homens e mulheres que conviveram em união estável ou casamento; tinham filho(s) de até 12 anos de idade incompletos, provenientes dessa relação; estavam separados do companheiro entre quatro e dezoito meses; possuíam renda pessoal de um a três salários mínimos; não tinham judicializado violência conjugal nessa relação. Os participantes concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seus nomes foram alterados para garantia do sigilo. Participaram das intervenções grupais três pessoas que estavam vivenciando situação de separação conjugal, sendo eles Antônia, Bruno e Cláudio.

Antônia (47 anos de idade, ocupação copeira, renda mensal de 1,9 salários mínimos) relacionou-se maritalmente com Arnaldo por 12 anos, nascendo dessa união uma filha, Alice (10 anos). Antônia possui ainda dois filhos de relacionamento anterior que estão com 23 e 27 anos de idade. Antônia e Arnaldo separaram-se há um ano e seis meses após relacionamentos extraconjugais por parte dele. Ela acionou a Justiça por meio de ação de reconhecimento e dissolução de união estável, com objetivo de requerer direitos da casa que ajudou a construir no lote da mãe de Arnaldo. O relacionamento entre ela, o ex-companheiro e a família dele era permeada por conflitos em torno do imóvel, no qual Antônia permaneceu residindo com a filha Alice após a separação. Arnaldo passou a viver na casa de sua mãe no mesmo lote, com sua nova companheira, e um filho de um ano de idade de um outro relacionamento.

Bruno (35 anos de idade, vendedor, renda mensal de dois salários mínimos) morou pouco mais de quatro anos com Bárbara, tiveram um filho, Benito (3 anos), e separaram-se há cerca de um ano em razão de conflitos e brigas conjugais. Após o término, Bruno retornou à residência de sua mãe e Benito passou a morar com a avó materna, que já cuidava de outro filho de Bárbara de um relacionamento anterior. Bruno acionou a Justiça pleiteando a guarda do filho, pois considerava que seus cuidados não estavam sendo privilegiados na residência da avó. Durante a realização desta pesquisa, ele entrou em acordo com a ex-companheira e Benito passou a residir com Bruno.

Cláudio (37 anos de idade, ocupação analista processual, renda mensal de 1,3 salários mínimos) residiu maritalmente com Carmen por cinco anos e tiveram um filho, Carlos (5 anos). Carmen mudou-se de outro Estado, com seus dois filhos de relacionamento anterior, para residir com Cláudio. A separação ocorreu há um ano, tendo Carmen ficado com os filhos e Cláudio voltado a morar com sua mãe e seu padrasto. Cláudio buscou a Defensoria Pública para regulamentar a

guarda e direito de visita ao filho.

PROCEDIMENTOS

Como principal instrumento foram utilizadas entrevistas grupais que foram gravadas em áudio e transcritas. A divulgação para o grupo foi realizada por meio de e-mails, folder e cartaz a profissionais e locais que trabalham com a população separada, principalmente a Defensoria Pública e o Serviço Psicossocial do Tribunal de Justiça. Foram selecionadas 24 pessoas conforme os critérios estabelecidos. Inicialmente, foram agendadas entrevistas individuais de acolhimento, nas quais sete pessoas compareceram. Posteriormente, esses participantes foram convidados aos encontros grupais com periodicidade quinzenal. No primeiro encontro, três participantes compareceram, Antônia, Bruno e Cláudio; no segundo, apenas dois (Antônia e Cláudio); e no terceiro, nenhum participante compareceu, tendo de ser remarcado. Do terceiro ao sétimo encontro realizados, apenas Antônia e Bruno participaram. Após o quarto encontro, deixou-se de convidar os demais participantes para os encontros, uma vez que os temas iniciais já haviam sido desenvolvidos.

A estrutura dos encontros seguiu a metodologia de intervenção psicossocial proposta por Costa et al. (2015), que é organizada em três momentos: aquecimento, desenvolvimento e encerramento. Cada encontro grupal foi norteado por temas específicos, com base nos principais aspectos relacionados à dificuldade de diferenciação dos papéis conjugais e parentais (Brito, Cardoso, & Oliveira, 2010; Cerveny, 2006; Juras & Costa, 2011; Lamela et al., 2009), e seguiu o seguinte delineamento: 1) *Integração dos participantes*: Aquecimento com uma atividade de apresentação, elaboração de desenho da família, discussão sobre temas relacionados à família e a separação conjugal; 2) *Conjugalidade*: Aquecimento com leitura e discussão de um poema sobre laços, atividade do ritual de cremação do laço conjugal, compartilhamento de aprendizados durante o relacionamento conjugal e o encerramento desse vínculo; 3) *Parentalidade*: Discussão sobre os papéis que os filhos podem desempenhar após a separação, utilizando as imagens de “cola, bala e mala”, ou seja, o filho com o papel de unir os pais, levar insultos ou recados de um genitor ao outro (Cerveny, 2006); 4) *Comunicação*: A atividade de telefone sem fio (prejudicada pelo pequeno número de participantes) foi trocada pela discussão sobre o padrão de comunicação entre o par parental; 5) *Transgeracionalidade*: Após aquecimento com a música “Como Nossos Pais” (Belchior, 1976), foi entregue um cartaz com os genogramas de três gerações desenhados, incluindo o ex-cônjuge e sua família (o genograma havia sido feito na entrevista de acolhimento), para proporcionar discussão a respeito do aprendizado

familiar sobre parentalidade e conjugalidade; 6) *Rede social de apoio*: Cada participante recebeu uma cartolina com o mapa de redes (Sluzki, 1997), com os quadrantes: família, amigos, bairro/trabalho e intuições/serviços, para que fossem identificadas as pessoas que consideraram importantes em suas vidas; 7) *Avaliação e encerramento*: Foi realizada a avaliação de cada participante sobre mudanças individuais e sobre o processo grupal a partir da música “Tocando em Frente” (Sater & Teixeira, 1991).

ANÁLISE DOS DADOS

Foi utilizada a metodologia de análise temática (Minayo, 2008), privilegiando-se os processos conversacionais entre os participantes ao longo das sessões grupais. Inicialmente, foi realizada análise prévia do material por meio de leitura fluente dos resultados. Posteriormente, buscou-se organizar a elevada quantidade de resultados em formato de tabela, na qual as linhas eram formadas pelos objetivos e temas mais relevantes e as colunas pelas sete sessões grupais. Essa tabela foi preenchida com trechos de falas e interações selecionados de acordo com cada tema. Em seguida, os temas foram agrupados em núcleos temáticos e o conteúdo das falas e interações dos participantes foram sintetizados. Finalmente, foi feito o tratamento dos resultados de maneira conjunta, agrupando os núcleos de cada sessão e realizando interpretação à luz da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de coesão grupal, a repetição de queixas voltadas a conjugalidade, o impacto das intervenções grupais para um início de diferenciação entre parentalidade e conjugalidade consistiram nos núcleos temáticos mais relevantes das conversações grupais de acordo com o objetivo da presente pesquisa. O processo grupal, o desenvolvimento dos temas, as intervenções realizadas e as iniciações de mudança em direção à diferenciação conjugal e parental ocorreram de maneira recursiva e paradoxal. Momentos de repetições, avanços, novos recuos e iniciações de mudanças são característicos de fenômenos dinâmicos e complexos. A recursividade e o paradoxo se mostraram presentes, mas eles demonstraram caminhar em direção a uma transformação, especialmente quando provido de um espaço de diálogos, escuta e reflexões. A seguir, são apresentados os quatro núcleos temáticos.

NÚCLEO TEMÁTICO 1) CONSTRUÇÃO DA COESÃO GRUPAL: “O QUE VOCÊ ACHA?”

Faz-se necessário apontar a particularidade desse grupo que teve seu funcionamento inicial com três participantes, e dois participantes na maior parte de seu desenvolvimento. Considera-se que a atividade se caracterizou como grupal por estar baseada na condução e manejo das atividades que privilegiaram, todo o tempo, o protagonismo grupal, ou seja, o grupo é o cliente (Costa et al., 2015). A ênfase no protagonismo grupal é a estratégia utilizada nas intervenções psicossociais realizadas em instituições públicas, como é o caso desta experiência que ocorreu em uma universidade pública. Essa estratégia está vinculada à falta de controle e inconstância, quanto à frequência, que essas intervenções possuem em função do contexto.

Assim, a construção da coesão grupal ocorreu de maneira mais intensa até o terceiro encontro, por meio de diálogos interessados e motivadores sobre a história do outro participante. Os membros do grupo constantemente formularam perguntas para conhecer melhor a história ou opinião do outro, criando um espaço empático a partir de vivências e pensamentos semelhantes, como disse Bruno na quarta sessão: *“E você, Antônia? O que é que você acha?”*. A partir da quarta sessão, interações ocorreram de maneira mais espontânea, demonstrando maior coesão e estabilidade grupal. Na sexta sessão, Antônia e Bruno passaram a interagir de maneira mais vívida e auto-organizada com menor interferência da equipe de pesquisa. Finalmente, na última sessão, os participantes construíram longos diálogos voltados à experiência da separação, demonstrando o alcance do objetivo grupal. O desenvolvimento grupal acontece em etapas, mas não finaliza totalmente, pois ocorre de maneira dialética e recursiva. Inicialmente, o grupo passa por uma fase de aglutinação, em que os membros do grupo ainda possuem baixa vinculação e interação, sendo necessária a construção de um ambiente confortável e favorável à inclusão, empatia e respeito. Após essa fase, o grupo vai construindo uma identidade de semelhanças e abrindo possibilidades para também conter as diferenças, em que os membros se sentem mais coesos em relação ao objetivo compartilhado (Melo, Maia Filho, & Chaves, 2014).

Outro aspecto importante da coesão grupal relaciona-se à referência a outro participante em sua fala, falar em nome do grupo, e fazer referência a conteúdos de outras sessões. Respectivos exemplos são observados nas falas: Bruno: *“Você tem que ser, igual ela falou, pelos filhos”* (Sessão 1); Antônia: *“Aí a gente não sente o chão mais, é como se a gente estivesse perdido, assim, né?”* (Sessão 1); Bruno: *“Porque assim, eu não sei se você lembra uma coisa que a gente conversou...”* (Sessão 3). Esse discurso inclusivo dos

participantes é significativo para a formação do vínculo grupal, partindo da história particular em direção à história coletiva. Essa percepção de interdependência inclui o outro participante a fim de acessar o objetivo do grupo (Guimarães & Carneiro, 2014).

O compartilhamento de experiências relacionadas ao processo de separação conjugal, de maneira semelhante, mas também diversa, contribui para a normalização de situações que geralmente são vivenciadas de forma individualizada e isolada. Ver sua experiência representada no discurso do outro empodera os participantes em suas vidas. A separação conjugal tende a ser um processo que culpabiliza e isola os pais nessa decisão. Poder contar com um grupo de apoio que legitime essa decisão como uma atitude necessária naquele momento pode trazer mais força para seguir adiante. Ademais, o compartilhamento de sofrimentos semelhantes contribui para a normalização do processo de separação conjugal (Rapizo, 2012).

Um dos movimentos grupais refere-se ao atendimento da necessidade de afeição, ou seja, de estabelecer relações interpessoais afetivas no grupo (Melo et al., 2014). Como Guimarães e Carneiro (2014) também encontraram, os participantes deste grupo demonstraram sentimento de solidariedade em relação ao outro, construindo um ambiente favorável para as demais sessões e contribuindo para a manutenção do grupo. Ainda que em menor intensidade, houve também momentos de diferenças de opiniões, havendo respeito e abertura grupal para trazer ideias diferentes.

A diversidade de gênero dos participantes presentes no contexto grupal contribuiu na pluralidade de perspectivas de pais e mães separados. Por algumas vezes, Bruno protagonizou os homens separados que ficam sem acesso aos filhos. Por sua vez, Antônia posicionou-se diante de Bruno como representante das mães separadas que devem favorecer os contatos entre os filhos e os pais. Esse processo complementar trouxe riqueza nas discussões, favorecido pela inclusão de homens e mulheres em um mesmo grupo. Verificou-se que os papéis sociais de gênero atravessaram o discurso dos participantes, como também observaram Guimarães e Carneiro (2014) e Rapizo (2012).

Com a avaliação grupal realizada na última sessão, os participantes engajaram-se em ricas discussões sintetizando as construções singulares e coletivas sobre as experiências de separação com filhos pequenos, ampliando suas compreensões sobre o fenômeno. Nesse momento, houve espaço também para realização de feedbacks entre os participantes, como pode ser observado na fala de Antônia: *“Mas você pode ver que o Bruno, não sei, mas eu percebo, ele tá mais seguro. Ele tá mais firme. Quando ele chegou, você*

lembra, ele parecia que tinha muito medo. O jeito de ele falar assim." A aproximação ao fim do grupo favorece o surgimento de momentos afetivos entre os seus membros, a partir de avaliações e feedbacks em relação ao que foi vivido e construído coletivamente (Melo et al., 2014).

NÚCLEO TEMÁTICO 2) TEMAS REPETITIVOS SOBRE A CONJUGALIDADE: "VAMOS FALAR SOBRE ISSO ATÉ CANSAR!"

Houve uma continuidade no desenvolvimento dos temas dialogados entre os participantes ao longo das sessões grupais. Nas primeiras três sessões, houve um processo majoritário de repetição dos temas das entrevistas individuais relacionados ao processo de separação conjugal. O retorno à conjugalidade e aos conflitos, desqualificação do ex-cônjuge no papel parental, luto pela separação, sentimentos de raiva, mágoa e frustração e triangulação dos filhos, familiares e Justiça foram os principais conteúdos das interações grupais nas primeiras sessões. Uma fala de Bruno na terceira sessão é representativa desse retorno à conjugalidade e desqualificações parentais: "*Minha visão assim em relação a ela [ex-companheira] é tão negativa.*" Esses retornos individuais e grupais às histórias passadas são processos esperados no início do grupo e estão relacionados à manutenção do equilíbrio alcançado na fase da separação propriamente dita. O medo do desconhecido e da mudança (o que vai acontecer após a separação conjugal?), ainda que necessário ao desenvolvimento, mantém os membros das famílias em seus padrões homeostáticos anteriores e repetitivos (Melo et al., 2014). No início do processo grupal, portanto, ficou evidente que os participantes ainda se encontravam em situação de confusão de papéis parentais e conjugais, influenciada por conflitos familiares e sentimentos negativos ainda existentes após a separação.

Com maior coesão grupal a partir da quarta sessão, os temas repetitivos diminuíram de intensidade, abrindo espaço para outras discussões relevantes para famílias separadas. Na quarta sessão, as interações e diálogos grupais voltaram-se principalmente para a priorização do interesse e bem-estar dos filhos. Os participantes mostraram-se sensíveis a compreender a percepção dos filhos acerca dos conflitos familiares, refletindo sobre as triangulações dos filhos na situação de separação. Considera-se que esse seja um aspecto fundamental no trabalho de sensibilização com pais e mães separados, a fim de diminuir o sofrimento dos filhos nesses contextos (Grzybowski & Wagner, 2010). Finalmente na última sessão, as discussões retomaram a situação de separação conjugal, entretanto, com elaborações significativamente diferentes das primeiras sessões, isto é, mais amplas e críticas, e menos emotivas.

Cabe ainda comentários sobre a escolha dos temas que nortearam a intervenção psicossocial. Os temas foram escolhidos em face da discussão contida na literatura, como já apontado. Percebeu-se que, embora pudessem se mostrar repetitivos em relação aos conflitos vividos pelos participantes, ainda se mostraram atuais, pois mobilizaram afetos e sentimentos que ainda se mantinham presentes. Considera-se que o tempo decorrido da separação é elástico e talvez, muito pessoal, porque condensa experiências particulares e a dimensão transgeracional.

NÚCLEO TEMÁTICO 3) INFLUÊNCIAS GRUPAIS: "EU NUNCA TINHA PENSADO ASSIM."

No processo grupal a equipe de pesquisadores realizou diversas intervenções e provocações a fim de promover a integração grupal, bem como questionar a homeostase diante do conflito conjugal no sentido de um processo de diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Essas intervenções foram realizadas principalmente por meio de perguntas e atividades que visavam a promover reflexões sobre suas situações. Houve também intervenções direcionadas a particularidades de um ou outro participante, buscando também trazer outras perspectivas sobre o problema.

Já na primeira sessão, Bruno refletiu junto ao grupo sobre o tema do perdão após a separação conjugal. Ainda que com sentimentos de raiva e mágoa presentes e a dificuldade de controle sobre eles, Bruno mencionou a necessidade de perdoar a ex-companheira, ainda que ela não tenha efetuado pedido de desculpas. Esse tema do perdão surgiu em diversos momentos ao longo daquela sessão e o tema foi conduzido visando os dois participantes. Entretanto, Antonia se mostrava ainda muito vinculada aos sentimentos de raiva em relação ao ex-parceiro, dizendo não possuir condições para perdoá-lo. Considera-se também que os diferentes contextos de separação conjugal de Antônia e Bruno devem ser considerados. Enquanto Bruno saiu de casa e retornou à residência de sua mãe, Antônia continuava em situação incerta de estar morando na casa do ex-marido e com questões pendentes na Justiça relacionadas a isso. A presença de alguma violência sofrida por Antônia também pode ter contribuído para a intensidade desses sentimentos.

A leitura do "O laço e o abraço" (Anjos, s/d) na terceira sessão proporcionou uma discussão sobre a separação conjugal:

[Pesquisadora:] *Vocês conseguiram desfazer esse laço, cada um ir pra um canto sem perder nenhum pedaço? / [Bruno:] Não, acho que não. / [Antônia:] Acho que nunca conseguiria. Tem uma coisa que eu não vou conseguir desfazer nunca, por que tem filhos entre os dois. Separa,*

mas continua... (Sessão 3).

Foi interessante notar a compreensão de Antônia sobre a manutenção do vínculo com o ex-cônjuge quando se tem filhos. Além do laço parental, Antônia também conseguiu refletir sobre a necessidade do término do laço conjugal, mencionando os paradoxos ainda presentes em sua situação de ter se separado, mas ainda viver no mesmo lote que o ex-companheiro: *"Eu desfiz o meu laço, mas mágoa ainda tem um bocado que ficou ainda. (...) Isso aqui só vai se desfazer quando eu sair de lá."* Essa fala é representativa da complexidade existente na diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Por um lado, a separação de fato ocorreu, mas questões emocionais e concretas que demandam tempo para serem dissolvidas permanecem pendentes (Grzybowski & Wagner, 2010).

Na quarta sessão, foram realizadas provocações utilizando as metáforas mala, bala e cola para representar triangulações dos filhos na separação dos pais (Cerveny, 2006). Em vários momentos, Antônia afirmou os cuidados de sua filha com ela, bem como de delegar à criança as decisões de visitar ou não o pai. *"No meu ponto, eu deixo ela a vontade, né? ... Ela tem a escolha dela pra fazer o que ela quiser."* Ela também se referiu à metáfora de cola para afirmar que a separação a tornou ainda mais próxima da filha. A centralidade que Alice assume na vida dessa participante e as delegações de decisões na criança, colocam a infante em posição de maturidade inadequada para sua idade, ficando em situação de parentalização e prejudicando seu desenvolvimento, como já apontado por Juras e Costa (2011).

Na sexta sessão, os participantes fizeram reflexões importantes sobre o mapa de redes:

[Antônia:] *Eu nunca tinha pensado assim onde é que eles estavam, e é bom pra gente saber a importância de cada um. Que a gente sabe que tem, mas a gente não sabe que fica perto da gente assim, né? / [Bruno:] Às vezes você precisa de um amigo pra... Você precisa, você tem que ter, assim, gente contigo ali, né? Às vezes você tá numa situação ruim, às vezes você tem que chegar pra pessoa e falar "ô, me ajuda, eu não tô bem e tal, tô precisando disso, disso e daquilo, me ajuda e tal"* (Sessão 6).

Compreender e visualizar as variedades de relacionamentos sociais com enfoque sistêmico contribui para o desenvolvimento de histórias que incluem os recursos e as capacidades dos próprios participantes. Essa ação favorece a ampliação da esperança, da autonomia e cidadania, que são cruciais para pessoas com vivências marcantes e desmoralizantes diante de contextos de pobreza e vulnerabilidades (Sluzki, 1997). Nesse sentido, os participantes sentiram-se fortalecidos diante da visualização

e compreensão dos recursos sociais presentes em suas vidas.

NÚCLEO TEMÁTICO 4) INÍCIO DE MUDANÇAS PARA A DIFERENCIAÇÃO DOS PAPEIS CONJUGAIS E PARENTAIS: "MELHOREI MUITO, MAS AINDA TEM UM POUQUINHO..."

O processo, as interações e as intervenções grupais trouxeram efeitos de retroalimentação positiva, promovendo iniciações de mudança na postura e discurso dos participantes. O processo de retroalimentação positiva refere-se ao movimento de mudança no sistema após receber estímulos internos ou externos, enquanto a retroalimentação negativa é a manutenção do mesmo equilíbrio familiar, permanecendo estável ao longo do tempo (Minuchin et al., 2011). Ao longo das sessões, os movimentos de mudança ocorreram de maneira recursiva, evidenciando momentos de avanços e recuos. Não se trata de traçar uma relação de causalidade entre o espaço grupal e esse processo de mudança, pois se avalia que essas transformações são multideterminadas. Alguns participantes demonstraram já terem passado por processos de mudança ao longo do tempo, influenciados por uma série de fatores anteriores e exteriores ao contexto psicossocial grupal. Entretanto, perceberam-se avanços significativos na diferenciação da conjugalidade e da parentalidade ao longo dos encontros, com diminuição da carga afetiva e emocional dada à conjugalidade, diminuição dos conflitos familiares e conjugais, e ampliação de perspectivas e alternativas futuras mais positivas.

Ao longo das sessões, os participantes relataram os impactos que os encontros geraram. O espaço grupal ofereceu oportunidade de normalização ao processo de separação com filhos pequenos, com pessoas que vivem situações semelhantes. A partir das identificações e diferenças existentes entre as histórias familiares, os participantes se percebem na fala dos outros e aprendem novas formas de comportamento, uma vez que as pessoas estão em estágios diferentes do desenvolvimento (Costa et al., 2015). Cláudio, por exemplo, embora tenha criticado que o processo do grupo não lhe ofereceu resultados imediatos, verbalizou que percebeu melhoras em seu comportamento após participar das sessões. Ele relatou em diversas ocasiões ter conversado e contribuído com outras pessoas que estão passando pela mesma situação de separação conjugal. Ao se colocar em uma posição de ajudar outros que estão vivendo situações semelhantes, ele demonstrou um momento de maior amadurecimento em seu próprio processo, como também observado por Brito et al. (2010).

Foi visível perceber as transformações de postura e discurso de Antônia ao longo das sessões, favorecidas pelo

contexto de escuta e fala. Ela mencionou a sensação de alívio de ter compartilhado suas queixas e ter sido ouvida: “*E aqui a gente fala tudo que a gente tem vontade de falar, aí vai aliviando. Igual eu te falei, parece que tinha um bolo de arame dentro de mim e que tá saindo. Saiu já*” (Sessão 2). Além da sensação de alívio, Antônia mencionou, na terceira sessão, que ao desabafar sobre os sentimentos e dificuldades, eles vão deixando de ter sentido: “*Aí não tem importância mais de falar que aquilo não tem sentido mais.*” O aprofundamento sobre os sentimentos existentes por meio de conversações mediadas por profissionais possibilita trazer novas dimensões acerca desse sofrimento (Costa et al., 2015).

Esse espaço compartilhado contribuiu para a diminuição da carga emocional destrutiva direcionada às questões conjugais. O processo de mudança não acontece de maneira linear, ele é gradual e paradoxal. Algumas situações exigem um tempo maior para elaboração e a intervenção pode contribuir para esta transformação. As mudanças são também paradoxais, pois ocorrem em contextos de dilemas de querer e não querer mudar, pois o desconhecido provoca ansiosos e medos, trazendo resistências naturais à modificação e retroalimentações negativas (Minuchin et al., 2011).

As trocas de experiências e aprendizados promovidas pelo contexto grupal ampliam a percepção sobre a situação vivida, contribuindo para sua elaboração gradual ao longo do tempo. Bruno:

No começo você fica assim tão desnorteado, você acha que as coisas aconteceram contigo, especificamente contigo. Esse sentimento de culpa fica muito grande assim. Mesmo tendo consciência que não foi. Mas é esquisito. Aí depois de um tempo você vai assimilando essa ideia de que não foi... você vai vendo outras pessoas que isso acontece e tal, é como se fosse um luto mesmo né... (Sessão 7).

A nomeação e comparação do processo de separação com o processo de luto decorrente da dissolução conjugal contribuem para melhor compreensão e elaboração desse momento de crise familiar. O ciclo da conscientização da perda (luto) pode ser observado nas situações de separações conjugais. Os estágios de negação, raiva, barganha, depressão e aceitação são importantes na elaboração de perdas significativas (Emery, 2012).

Os participantes demonstraram ter diminuído a importância e centralidade dos sentimentos de humilhação e raiva em relação ao ex-cônjuge e sua família ao longo do processo grupal. Esses sentimentos não desapareceram, mas assumiram um lugar mais periférico no discurso dos participantes. Antônia: “*Não vou mentir, mas eu já melhorei muito! Mas ainda tem um pouquinho. Mas eu melhorei muito,*

muito”. (Sessão 3); Bruno: “*Que no começo a gente era mais assim rancoroso, né, aí a gente vai começando a ser...*” (Sessão 4). Um passo importante em direção à priorização do interesse superior dos filhos refere-se à diminuição da carga emocional direcionada ao ex-cônjuge (Emery, 2012).

A diminuição dos conflitos familiares e conjugais foi outro aspecto observado no discurso dos participantes. Antônia passou a interagir de maneira mais respeitosa com sua ex-sogra que reside no mesmo lote, ainda que vivendo uma situação desconfortável de sentir-se frequentemente vigiada pela família do ex-companheiro. Da mesma forma, Bruno diminuiu a intensidade dos conflitos com a ex-companheira e sua família, tendo ela inclusive proposto a guarda do filho ficar com o pai. A fim de favorecer o bem-estar de seu filho e o contato dele com a família materna, Bruno afirmou que busca não discutir ou brigar quando percebe que eles não se esforçam em visitar o filho e age no sentido de favorecer esses contatos. Bruno: “*Olha eu levo lá, não é nem por ela, é uma questão do menino mesmo, por que ele sente falta. Ele tem um irmãozinho lá, tem os tios, tem a avó, então ele sente falta dos familiares dele*” (Sessão 4). A diminuição da tensão dos conflitos parentais é fundamental para o melhor desenvolvimento dos filhos, minimizando a participação das crianças em triangulações e coalizões (Grzybrowsky & Wagner, 2010; Juras & Costa, 2011).

Todos esses aspectos mencionados contribuíram para o movimento grupal na diferenciação dos papéis conjugais e parentais após a separação. Antônia afirmou na terceira sessão a importância dos genitores na vida dos filhos:

Uma coisa que eu acho certa é você não colocar, igual você [Bruno] não coloca, a mãe contra ele, você está certíssimo. Porque ela pode ser o que for, mas ela é mãe. Eu acho assim, e a mesma coisa é o pai. O pai, ele pode ser o que for, mas ele é o pai (Sessão 3).

Ainda que essa participante não compartilhe regularmente os cuidados da filha com o ex-cônjuge, ela demonstrou possuir respeito à autoridade parental exercida por ele, reconhecendo o direito da criança de manter a convivência familiar.

De maneira mais significativa, Bruno trouxe reflexões fundamentais nessa diferenciação. Inicialmente, ele mencionou o desejo de excluir a família materna da vida dele e do filho, mas passa a compreender a importância desse vínculo para a criança:

O Benito, ele tem a família dele, e dentro da família dele inclui a parte do pai e da mãe e não vai acontecer de ninguém tirar por que... entendeu? Se você tirar isso dele, você vai tá tirando um pedaço dele. Tá entendendo? A

vontade é de falar, "olha meu filho, vai ficar aqui", aquele pensamento bem egoísta, né? "Vai ficar aqui, esquece aquele povo pra lá", pronto acabou. Mas não é assim. Não é assim, entendeu? Ele gosta de mim, mas gosta dela e dos familiares dela e pronto. E é a vida dele, não é a sua né? Você se separou, acabou seu relacionamento com a pessoa. Agora, é que nem você falou, parece que fica ali no meio, como se fosse o último elo da corrente né? E aí que você vai fazer? Não pode fazer nada, né? A família dele são os dois, né? (Sessão 4).

Essa fala de Bruno evidencia uma evolução significativa no processo de diferenciação dos papéis conjugais e parentais, minimizando os conflitos conjugais e priorizando a parentalidade para o interesse e bem-estar de seu filho (Juras & Costa, 2011).

Após a participação no grupo, os participantes demonstraram um olhar mais esperançoso e positivo em relação ao futuro. Antônia verbalizou em diversas sessões seu interesse em buscar novas perspectivas de futuro para sua vida e de sua filha. Na última sessão, ela realizou uma autoavaliação sobre sua evolução ao longo das sessões, demonstrando impacto do processo grupal nessas transformações:

Quando você me ligou, eu tava assim... É, um trapo, né. Um trapo mesmo, não tinha esperança de nada. Assim, é igual eu falei, vai conversando, vai aliviando a cabeça... Eu tô... tem uma coisa que tô pensando em fazer agora no começo do ano, que eu nunca pensei na minha vida que um dia fosse passar isso na minha cabeça. Mas eu vendi minhas férias, que eu vou tirar minha carteira de motorista. ... Vou tirar, que eu quero minha liberdade por completo (Sessão 7).

Fica claro também em outros discursos dessa participante a busca de alternativas para solucionar seu problema, sem depender da Justiça e dos outros, libertando-se das amarras conjugais. Os participantes demonstram uma compreensão mais abrangente e positiva, sobre as situações que viveram, aceitando os acontecimentos e seguindo em frente.

Outros estudos que realizaram grupos semelhantes com pessoas de classes socioeconômicas mais favorecidas mostraram alguns resultados diferentes no que se refere à melhoria na comunicação coparental, como observado em Brito et al. (2010) e Rapizo (2012). Entretanto, a intervenção psicossocial apresentada neste artigo demonstrou poucos avanços em direção a uma coparentalidade cooperativa. Ainda que de forma não generalizada, acredita-se que os padrões de gênero nos papéis parentais ainda se mostram rígidos e complementares nas famílias de baixa renda. Foi bastante comum, no discurso dos participantes, a expectativa

de um papel central das mulheres no cuidado das crianças e periférico dos pais após a separação. A significativa presença de conflitos e violência durante o relacionamento conjugal também retrata esses padrões rígidos de gênero e dificulta a comunicação parental diante da necessidade do compartilhamento de responsabilidades, que resta prejudicado. Além disso, as disputas por ganho socioeconômico, ainda que de pouca monta, estão presentes e trazem dificuldades de acordo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervenções grupais com famílias separadas e divorciadas acontecem há algumas décadas em diversos países. Apesar da riqueza presente na pluralidade dos trabalhos publicados, analisa-se que estas intervenções ainda carecem de uma perspectiva cultural e social, uma vez que as ações propostas geralmente são voltadas para famílias de classe média e alta. Ademais, foram encontrados poucos trabalhos publicados na literatura nacional. A realidade cultural, social e econômica brasileira possui particularidades de sujeitos, contextos e demandas que precisam ser analisados no desenvolvimento de programas e intervenções. A presente proposta de intervenção psicossocial grupal, com pessoas separadas de baixa renda que tenham filhos pequenos, vem ao encontro da necessidade de estudos e intervenção com essa população.

Na presente pesquisa-ação, houve avanços significativos no processo de diferenciação conjugal e parental, especialmente no que se refere à diminuição da intensidade conjugal. Além disso, houve uma ampliação, realizada pelos próprios participantes, de alternativas e soluções aos problemas existentes. Entretanto, não foi observado o desenvolvimento de um relacionamento coparental entre os ex-cônjuges em sete sessões. Acredita-se que o fato das intervenções terem tido caráter mais reflexivo, os participantes enfatizaram suas queixas relacionadas à conjugalidade. Ressalta-se, portanto, a necessidade de intervenções mais diretas e voltadas para a parentalidade, uma vez que famílias de baixa renda ainda carecem de informações sobre direitos básicos e legais (Perez & Bairon, 2013).

Com relação às recorrentes ausências dos participantes nos encontros grupais, acredita-se que o contexto da clínica-escola desvinculado de programa ou instituição que preste serviços continuados à população de baixa renda se mostrou insuficiente para motivá-los a manterem-se vinculados à proposta realizada. Neste sentido, tornam-se fundamentais as parcerias entre pesquisadores, profissionais e programas ou instituições que atuem com essa população, como a

justiça e os conselhos tutelares. Além disso, outro aspecto que dificultou o engajamento dos participantes está relacionado com a quantidade de encontros propostos, que se mostrou excessiva para a realidade dessas famílias, que geralmente não possuem demanda para um trabalho psicossocial, possuem dificuldades de mobilidade e encontram-se exauridas na luta pela sobrevivência. Sugere-se a diminuição da quantidade de encontros grupais associada a intervenções mais voltadas à parentalidade após a separação.

DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

L.F.C. foi responsável pela conceitualização; M.M.J. e L.F.C. realizaram a seção relativa à metodologia; M.M.J. foi responsável pela investigação e visualização; L.F.C. teve a responsabilidade acerca da supervisão; M.M.J. foi responsável pela redação e rascunho; enquanto M.M.J. e L.F.C. fizeram a redação final, revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesses no presente artigo.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de doutorado sanduíche da primeira autora (CAPES, Processo: BEX 8780/14-5).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos alunos de graduação em Psicologia da Universidade de Brasília: Luísa Martins Carvalho, Isadora Amorim, Loyane Barbosa dos Santos, Michael David Cardoso Moreira, Amanda Guedes Bueno, Ana Cecília Macedo, Bárbara Fontoura, Carolina Sarmanho, Clara Lira Borges, Clara Monteiro, Daniele Leal, e Karen Christine Lira, pelo apoio na coleta de dados.

REFERÊNCIAS

- Alpert-Gillis, L. J., Pedro-Carroll, J. L., & Cowen, E. L. (1989). The children of divorce intervention program: Development, implementation, and evaluation of a program for young urban children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57*, 583-589. <http://doi.org/10.1037/0022-006X.57.5.583>
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family, 72*, 650-666. <http://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Anjos, M. B. M. dos. (s/d). *O laço e o Abraço*.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro.
- Belchior (1976). Como nossos pais. *Alucinação* [CD]. São Paulo: Polygram.
- Blaisure, K. R., & Geasler, M. J. (2006). Educational interventions for separating and divorcing parents and their children. In M. A. Fine & J. H. Harvey (Eds.), *Handbook of Divorce and Relationship Dissolution* (pp. 575-602). New Jersey: Laurence Erlbaum Associates.
- Brito, L. M. T., Cardoso, A. R., & Oliveira, J. D. G. (2010). Debates entre pais e mães divorciados: Um trabalho com grupos. *Psicologia, Ciência e Profissão, 30*(4), 810-823. <http://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400011>
- Brotherson, S. E., White, J., & Masich, C. (2010). Parents Forever: An assessment of the perceived value of a brief divorce education program. *Journal of Divorce & Remarriage, 51*, 465-490. <http://doi.org/10.1080/10502556.2010.504095>
- Cerveny, C. M. de O. (2006). Família e filhos no divórcio. Em C. M. O. Cerveny (Ed.). *Família e...* (pp. 83-95). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cookston, J. T., & Fung, W. W. (2011). The Kids' Turn program evaluation: Probing change within a community-based intervention for separating families. *Family Court Review, 49*(2), 348-363. <http://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2011.01376.x>
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Conceição, M. I. G. (Eds.). (2015). *Manual de Grupos Multifamiliares*. Brasília: Central de Produções Gráficas e Editora.
- DeGarmo, D. S., Patras, J., & Eap, S. (2008). Social support for divorced fathers' parenting: Testing a stress-buffering model. *Family Relations, 57*, 35-48. <http://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2007.00481.x>
- Emery, R. E. (2012). *Renegotiating family relationships: Divorce, child custody, and mediation*. New York: The Guilford Press.
- Farmer, S., & Galaris, D. (1993). Support groups for children of divorce. *The American Journal of Family Therapy, 21*, 40-50. <http://doi.org/10.1080/01926189308250994>
- Forgatch, M. S., & DeGarmo, D. S. (1999). Parenting through change: An effective prevention program for single mothers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 67*(5), 711-724.
- Frieman, B. B. (2002). Challenges faced by fathers in a divorce support group. *Journal of Divorce & Remarriage, 37*, 163-173. http://doi.org/10.1300/J087v37n01_10

- Gómez-Días, J. A. (2011). Fenomenologia del divorcio (o la esencia de la separación) en mujeres. *Psicología & Sociedad*, 23(2), 391-397. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200020>
- Greenwood, D. J., & Levin, M. (2006). Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens* (pp. 91-113). Porto Alegre: Artmed.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 77-87. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010>
- Guimarães, J. G., & Carneiro, T. R. Q. S. (2014). Trabalhos psicoterapêuticos em grupo: Diferentes contextos. *Fragmentos de Cultura*, 24, 139-149.
- Hung, S. L. (2012). An empowerment model on reconstituting the meanings of divorce. *Journal of Women and Social Work*, 27, 289-299. <http://doi.org/10.1177/0886109912452641>
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da Clínica*, 16, 222-245.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). Papi – Pais por inteiro: Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, 4(27), 493-507. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200016>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Magalhães, A. S. (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. Em T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e Famílias: Permanências e Rupturas* (pp. 205-217). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melo, A. S. E., Maia Filho, O. N., & Chaves, H. V. (2014). Conceitos básicos em intervenção grupal. *Revista de Psicologia*, 17, 47-63.
- Minayo, M. C. de S. (2008). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (2011). *O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social: Uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Roca.
- Molina, O., Lawrence, S. A., Azhar-Miller, A., & Rivera, M. (2009). Divorcing abused latina immigrant women's experiences with domestic violence support groups. *Journal of Divorce & Remarriage*, 50, 459-471. <http://doi.org/10.1080/10502550902970561>
- Moura, M. L. S. de, & Ferreira, M. C. (2005). *Projetos de pesquisa: Elaboração, Redação e Apresentação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Øygaard, L. (2004). Divorce support groups: What factors are of importance regarding friendship development in the groups? *Social Work With Groups*, 26(4), 59-77. http://doi.org/10.1300/J009v26n04_05
- Perez, C., & Bairon, S. (2013). Universos de sentido da população de baixa renda no Brasil: Semânticas da estabilidade, da ascensão social e da mobilidade. *Matrizes*, 7, 177-191.
- Rapizo, R. L. (2012). Construindo espaços de diálogo com pais, mães e adolescentes nos contextos de divórcio. Em L. M. T. de Brito (Ed.), *Escuta de Crianças e Adolescentes: Reflexões, Sentidos e Práticas* (pp. 119-153). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Rose, S. R. (2009). A review of effectiveness of group work with children of divorce. *Social Work With Groups*, 32, 222-229. <http://doi.org/10.1080/01609510902774315>
- Sater, A., & Teixeira, R. (1991). Tocando em frente. Ao vivo [CD]. [S.l.]: Columbia Records.
- Silva, I. M. da, & Lopes, R. de C. S. (2012). As relações entre o sistema conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, 16, 69-90.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yárnoz, S., Plazaola, M., & Etxeberria, J. (2008). Adaptation to divorce: An attachment-based intervention with long-term divorced parents. *Journal of Divorce & Remarriage*, 49, 291-307. <http://doi.org/10.1080/10502550802222246>

Submetido em 16/06/2017
Primeira decisão editorial em 07/11/2017
Aceito em 20/12/2017